



Faculdade de Direito da UFBA



Nome e código do componente curricular: Direito Societário		Departamento: Direito Privado	Carga Horária: T 68 P 00 E 00
Modalidade: Disciplina	Função: Profissional	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Direito Empresarial		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Estudo das sociedades comerciais, tipologia, caracterização e legislação específica, evidenciando suas formas de organização, fundação, estrutura e dissolução. Sociedade comum. Sociedade de fato e irregular. Sociedades personificadas. Sociedades simples. Sociedade empresária contratual. Sociedade: nome coletivo – comandita simples – sociedade limitada – sócios e suas responsabilidades – administrador – comandita simples – sociedade limitada – sócios e suas responsabilidades – administrador (sócio e por delegação). Contrato social – constituição. Dissoluções: parcial / total. Extinção. Liquidação. Transformação. Sociedade comandita por ações – sociedade anônima: órgãos, constituição, acionistas, ações, liquidação, transformação. Cooperativas. Outros tipos societários			
Bibliografia: Ascarelli, Tulio - Teoria Geral dos Títulos de Crédito Bertoldi, Marcelo M. - Curso Avançado de Direito Comercial Editora Revista dos Tribunais - 2001 Carvalhosa, Modesto - Comentários ao Código Civil Artigos 1.052 a 1.195, Vol. 13, - Editora Saraiva - 2003 Chrysippo de Aguiar, Antonio - Direito Civil - Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio Halley Editora - 2006 Coelho, Fábio Ulhoa Coelho - Curso de Direito Comercial - Editora Saraiva Fazzio Junior, Waldo - Manual de Direito Comercial - Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas - Editora Atlas - 2005 A idéia central da observação Mamede, Gladston - Empresa e Atuação Empresarial - 2004 - Títulos de Crédito - 2006 - Falência e Recuperação de Empresas Editora Atlas - 2006 Munhoz, Eduardo Secchi Empresa Contemporânea e Direito Societário Editora Juarez de Oliveira - 2002 Martins, Fran Títulos de Crédito Editora Forense Oliveira, Marcelo de Oliveira Comentários à Nova Lei de Falências Thomsom - IOB - 2005 Paes de Almeida, Amador Teoria e Prática dos Títulos de Crédito Editora Saraiva - Requião, Rubens - Curso de Direito Comercial; - Curso de Direito Falimentar Editora Saraiva Silva Pacheco, José - Processo de Falência e Concordata Edição Revista Forense - 1999 - Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência Editora Forense - 2006			



**FACULDADE DE DIREITO DA UFBA
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO**

DIREITO COMERCIAL II

EMENTA:

Estudo das sociedades comerciais, tipologia, caracterização e legislação específica, evidenciando suas formas de organização, fundação, estrutura e dissolução.

OBJETIVOS:

1. Traçar o perfil das sociedades comerciais
2. Explicitar a legislação pertinente aos diversos tipos sociedades

PROGRAMA:

I. SOCIEDADES COMERCIAIS

- 1.1. Conceito. Histórico.
- 1.2. Classificação: sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade em nome coletivo ou solidário, sociedade de capital e indústria, sociedade em conta de participação, sociedades por cotas de responsabilidade limitada, sociedades anônimas, sociedade de economia mista
- 1.3. Constituição da sociedade. Natureza do ato constitutivo. Personalidade jurídica (efeitos). Despersonalização das pessoas jurídicas
- 1.4. Sociedades de fato e irregulares
- 1.5. Os sócios: direitos e obrigações

II. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES

2. 1. Conceito. Disciplina legal. Responsabilidade dos sócios
- 2.2. Nomenclatura (elaboração do nome- regras)

III. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO OU SOLIDÁRIO

3. 1. Conceito. Disciplina legal. Responsabilidade dos sócios
- 3.2. Nomenclatura (elaboração do nome- regras)
- 4.1. Conceito. Disciplina legal. Responsabilidade dos sócios
- 4.2. Nomenclatura (elaboração do nome- regras)

V. SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Conceito. Disciplina legal. Responsabilidade dos sócios. Nomenclatura (elaboração do nome- regras)

VI. SOCIEDADES POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

- 6.1. Conceito. Disciplina legal
- 6.2. Nomenclatura (elaboração do nome - regras)
- 6.3. Constituição da sociedade. O contrato social. Sócio-cotista. Responsabilidade. Exclusão e retirada do sócio. Administração da sociedade. Dissolução - liquidação extinção da sociedade

VII. SOCIEDADES ANÔNIMAS

- 7.1. Conceito. Disciplina legal (Lei n.º 6.404/76). Desenvolvimento histórico

<http://www.direitofba.com.br/disciplinas/pag08.html>

Júlio César de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA



1/11/2002

- 7.2. Nomenclatura (elaboração do nome - regras). Características
- 7.3. Objeto social.
- 7.4. Exercício social: O balanço patrimonial. Lucros e prejuízos. Reservas. Dividendos. Bonificações
- 7.5. Ações: Forma. Espécie. Classes
- 7.6. O acionista: Direitos e obrigações
- 7.7. Os Direitos da minoria societária
- 7.8. O acionista controlador.
- 7.9. Classificação das sociedades anônimas. Responsabilidade dos sócios. órgãos sociais. Assembléias Gerais. Conselho de Administração. Diretoria. Conselho Fiscal.
- 7.10. Dissolução. Liquidação. Extinção.
- 7.10.1. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão

VIII SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES

- 8.1. Conceito. Disciplina legal. Responsabilidade dos sócios
- 8.2. Nomenclatura (elaboração do nome - regras).
- 8.3. Características. Capital.

IX. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- 9.1. Constituição
- 9.2. Administração
- 9.3. Objeto social
- 9.4. controle.
- 9.5. Falência.

METODOLOGIA

- Exposição participada
- Seminário
- Estudo de caso

AVALIAÇÃO

Correção da prova escrita e do seminário

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das Sociedades Comerciais. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- ABRÃO, Carlos Henrique. Penhora das quotas de sociedade de responsabilidade limitada. São Paulo: Saraiva, 1986.
- BULGARELLI, Waldirio. Regime Jurídico da Proteção às minorias nas SIA. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- Normas jurídicas empresariais. São Paulo: Atlas, 1992.
- A teoria jurídica da empresa. São Paulo: RT, 1985.
- BUSSADA, Wilson. Sociedade Anônima: interpretada pelos tribunais. Rio de Janeiro: Liber Juris.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos, RODRIGUES NETTO, Sílvia Marina L. Batalha de. A nova Lei das S.A. São Paulo: Ltr, 1998.
- CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas. São Paulo: Saraiva, 1997. 4 v.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1998. 2 v.

<http://www.direitofba.com.br/disciplinas/pag08.html>

1/11/2002

Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA



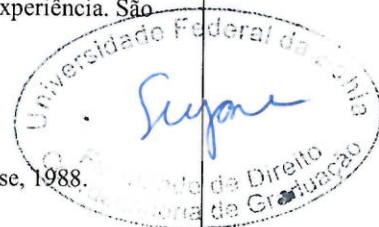
- DOREA, Dylson. Curso de Direito Comercial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. 2 v.
- EIZIRIK, Nelson. Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- ESTRELLA, Hemani. Apuração dos haveres do sócio. Rio de Janeiro: José Konfino, 1960.
- FILHO, Marçal Justen. Desconsideração da personalidade societária no direito brasileiro. São Paulo: RT, 1987.
- FRITSCH, Herbert Jorge. Cisão nas limitadas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993
- ISFER, Edson. Sociedades unipessoais e empresas individuais: responsabilidade limitada. Curitiba: Juruá, 1996.
- LAMY FILHO, Alfredo, PEDREIRA, José Luiz Bulhões. A Lei das S.A.: pareceres. 2. ed. Rio de Janeiro, 1996.
- MIRANDA JÚNIOR, Darcy Arruda. Dicionário Jurisprudencial da sociedade por ações: lei ri. 6.404, 15-12-1976. São Paulo: Saraiva, 1990.
- PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. A sociedade por cotas de responsabilidade limitada. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958. 2 v.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 2 v.
- SANTOS, Jurandir. Manual das Assembléias Gerais nas Sociedades Anônimas. São Paulo: Saraiva, 1994.
- VALVERDE, Trajano de Miranda. Sociedade por ações. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. 2 v.





Faculdade de Direito da UFBA

Nome e código do componente curricular: Monografia I		Departamento: Direito Privado	Carga Horária: T 68 P 00 E 00
Modalidade: Disciplina	Função: Profissional	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Direito Processual Civil III Metodologia da Pesquisa Científica		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Compreender e discutir as bases do desenvolvimento da atividade de pesquisa jurídica e aplicar, através de exercícios práticos, as técnicas e procedimentos específicos de planejamento e de investigação, utilizando-a como instrumento de produção e de renovação do conhecimento do Direito. Entender a estrutura do relatório final de pesquisa e o conteúdo de cada uma de suas partes.			
Bibliografia: ALVES, Rubem: Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Ars Poética, 1996. BARASS. Os cientistas precisam escrever. Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes, USP, São Paulo, 1979. BECK.ER.Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais. Hucitec, São Paulo, 1994. DEMO, Pedro. Educar Pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1997 . Metodologia Científica em Ciências Sociais. 30ed., São Paulo: Atlas, 1995. . Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2000. . Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos . Campinas-SP: Papyrus, 2001. FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica. Sérgio Antonio Fabris, Porto Alegre, 1997. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Re (pensando a pesquisa jurídica) 20 edição - revista, ampliada e atualizada pela NBR 14.724, de 30/12/05, da ABNT, Belo Horizonte: DeI Rey, 2006. LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. Sérgio Antonio Fabris, Porto Alegre, 1987. LYRA FILHO, Roberto. Pesquisa em que Direito? Brasília: Edições NAIR Ltda, 1984. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Editora Cortez, 2000. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Afrontamento, 1993. Sociologia na primeira pessoa: fazendo pesquisa nas favelas do Rio de Janeiro, Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, n. 49, Brasília: Editora Brasiliense, 1988. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1999. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa. São Paulo: Cortez, 1994. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996. JAPIASSU, Hilton. Ciência e Destino Humano. Rio de Janeiro: Imago, 2005. HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de Direito. São Paulo: Atlas, 1999. LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992. LUKESI, Cipriano. BARRETO, Eloi. COSMA, José. BATISTA, Naidison. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. 100ed. São Paulo: Cortes, 1988. OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec e UNESP, 1998. BILIOGRAFIA COMPLEMENTAR BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. BECKER, Howar S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Ed. Hucitec, São Paulo 1994 BERICAT, Eduardo. La integración de 10s métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social. Barcelona, Ariel Ed. 1998 BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org) Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1982. CALAZANS, Julieta. Iniciação Científica: Construindo o pensamento critico. São Paulo. Ed. Cortez.1999. CASAL, Adolfo Yáñez. Para uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica. Lisboa, Ed.Cosmos,n 1996.			





**FACULDADE DE DIREITO DA UFBA
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO**

DIREITO AMBIENTAL

EMENTA: Ecologia e Meio Ambiente. A Crise Ambiental. O Movimento Ecológico. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Biodiversidade. O Processo Ecológico Transindividual. Direito Ambiental. Conceito. Fontes. Princípios. Campos de Avaliação. O Direito, os Recursos Ambientais e o Desenvolvimento. Direito Ambiental Brasileiro: Sede Constitucional e Relevância. Direito Ambiental Comparado. A Tutela Administrativa e Judicial do Meio Ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O Meio Ambiente sob a Perspectiva Jurídica
 - 1.1 Conceito de Meio Ambiente
 - 1.2 Meio Ambiente Físico, Geográfico, Social e Cultural
 - 1.3 O Meio Ambiente e o Desenvolvimento

2. A Degradação Ambiental
 - 2.1 A Poluição sob suas Diversas Formas
 - 2.2 O Desmatamento
 - 2.3 A Degradação do Solo
 - 2.4 A Predação de Espécies Animais e Vegetais

3. Do Direito ao Meio Ambiente Equilibrado
 - 3.1 A Declaração de Estocolmo
 - 3.2 Princípios Internacionais Relativos a Proteção Ambiental
 - 3.3 As Nações Unidas e o Meio Ambiente
 - 3.4 O Estágio Brasileiro

4. Proteção Constitucional ao Meio Ambiente
 - 4.1 Conceitos Ecológicos
 - 4.2 Do Manejo Ecológico
 - 4.3 Definição de Eco-Sistemas e Área de Preservação Ambiental

5. A Competência Federativa no Meio Ambiente
 - 5.1 Competência da União
 - 5.2 Competência do Estado
 - 5.3 Competência dos Municípios

6. Definição de Espaços Ambientalmente Protegidos
 - 6.1 Unidades de Conservação
 - 6.2 Zoneamento Ambiental
 - 6.3 Área de Relevante Interesse Ecológico

7. A Sociedade Civil e o Meio Ambiente
 - 7.1 Instrumentos Jurídicos Disponibilizados para Defesa do Meio Ambiente
 - 7.2 O Manejo da Ação Civil Pública
 - 7.3 As Organizações Não Governamentais

8. O Estudo de Impacto Ambiental

8.1 Características e Fonte Constitucional

8.2 Procedimentos Básicos

8.3 O Relatório de Impacto Ambiental

8.4 Natureza e Vinculação do Estudo

9. Da Responsabilidade Ambiental

9.1 O Dano e sua Reparação

9.2 Fundamentos da Responsabilidade

9.3 Inversão do Ônus da Prova

9.4 Espécies de Responsabilidade

10. A Experiência Estrangeira na Gestão do Sistema Ambiental

10.1 O Sistema de Financiamento

10.2 A Gestão Comunitária

10.3 Os Selos Ambientais

10.4 O Poluidor Pagador

7a
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA



DISCIPLINA: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

EMENTA: ÉTICA. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO. ÉTICA GERAL. NORMAS ÉTICAS E NORMAS TÉCNICAS. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS. A ÉTICA E A VIDA. A ÉTICA E AS PROFISSÕES JURÍDICAS. DEONTOLOGIA FORENSE. A ÉTICA DO ESTUDANTE DE DIREITO. A ÉTICA DO ADVOGADO. A ÉTICA DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A ÉTICA DO POLICIAL E DO DENENSOR PÚBLICO. A ÉTICA DO JUIZ. A ÉTICA DOS AUXILKIARES DA JUSTIÇA. O CAMINHO ÉTICO.

PROGRAMA:

UNIDADE I

ÉTICA GERAL. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. ÉTICA EMPÍRICA, UTILITARISTA, CETICISTA E SUBJETIVISTA. ÉTICA DOS BENS. O EODOMONISMO, O IDEALISMO ÉTICO E O HEDONISMO. A ÉTICA SOCRÁTICA. A ÉTICA PLATÔNICA. A ÉTICA ARISTOTÉLICA. A ÉTICA EPICURISTA. A ÉTICA ESTÓICA. A ÉTICA FORMAL. CONCEITO KANTIANO. A ÉTICA DOS VALORESEXISTÊNCIA, CONHECIMENTO E REALIZAÇÃO DOS VALORES. A LIBERDADE MORAL. A MORAL CRISTÃ. SANTO AGOSTINHO E SÃO TOMÁZ DE AQUINO.

UNIDADE II

A ÉTICA E A VIDA
A ÉTICA E AS PROFISSÕES JURÍDICAS.
DEONTOLOGIA. NOÇÕES GERAIS. DEONTOLOGIA FORENSE. CONCEITO. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS GERAIS. RELAÇÃO DA ÉTICA COM OUTRAS CIÊNCIAS E ESFERAS DO PENSAMENTO (FILOSOFIA, MORAL, PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA SOCIAL, HISTÓRIA, ECONOMIA POLÍTICA E DIREITO).
NORMAS ÉTICAS E NORMAS TÉCNICAS. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.

UNIDADE III

A ÉTICA DO ESTUDANTE DE DIREITO: CONSIGO MESMO, COM OS COLEGAS E PROFESSORES.
A ÉTICA DO PROFESSOR E DA UNIVERSIDADE.
O ESTUDANTE E A SOCIEDADE.

A ÉTICA DO ADVOGADO. CÓDIGO DE ÉTICA DA OAB. O COMPROMISSO DO ADVOGADO. SEUS DEVERES. ÉTICA CONSIGO MESMO, COM OS COLEGAS, JUÍZES, INTEGRANTES DO M.P., POLÍCIA E AUXILIARES DA JUSTIÇA.

A ÉTICA PROFISSIONAL DOS PROCURADORES PÚBLICOS. O SIGILO PROFISSIONAL. A PUBLICIDADE E ÉTICA.

A ÉTICA E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

INFRAÇÕES DISCIPLINARES. PUNIÇÃO DO PROFISSIONAL FALTOSO.

A ÉTICA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NATUREZA E DESTINAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO. ÉTICA DO PROMOTOR/PROCURADOR E DOS DEMAIS OPERADORES DO DIREITO. O CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO M.P. A ÉTICA DO MP ANTE O JUIZ.

A ÉTICA E O NOVO MINISTÉRIO PÚBLICO.

UNIDADE IV

A ÉTICA DO MAGISTRADO. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. A PESSOA DO JUIZ. DEVERES E MANDAMENTOS. O JUIZ E A ÉTICA NO PROCESSO. PODERES ÉTICOS DO MAGISTRADO NO PROCESSO. O JUIZ E O TEMPO DA JUSTIÇA.

SANÇÕES ÀS INFRAÇÕES ÉTICAS. O JUIZ DO FUTURO.

A ÉTICA E A POLÍCIA. A POLÍCIA NA CONSTITUIÇÃO. A IMAGEM DA POLÍCIA. UM CÓDIGO DE ÉTICA PARA A POLÍCIA. A DIGNIDADE POLICIAL. OS PODERES, E OS ABUSOS POLICIAIS. O DELEGADO DE POLÍCIA.

O CAMINHO ÉTICO.

BIBLIOGRAFIA:

CALAMANDREI, Piero. Eles os Juizes, vistos por nós, os Advogados. 6ª edição, Lisboa, Livraria Clássicas Editora, 1977;

COMTE-SPONVILLE, André. Pequeno Tratado das Virtudes. SP. Martins Fontes, 1996;

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica – Ética das Profissões Jurídicas. RJ. Forense, 1996;

DEL VECCHIO, Giorgio. Lições de Filosofia do Direito, 5ª edição, Trad. De Antônio José Brandão, Coimbra, Armênio Amado Editor, 1979;

JCR
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA



FARIA, Dárcio Augusto Chaves. A Ética Profissional dos Procuradores Públicos. R. Forense, nº 321,RJ;

FARIA, José Eduardo.Direito e Justiça – A função social do Judiciário. SP, Ática, 1989;

LANGARO, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica. SP.Edit. Saraiva, 1992;

LYRA, José Renato. Como julgar, como defender, como acusar. Edit. Científica;

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 2ª edição revista e ampliada.SP.EDIT. RT,1999;

SANCHES, Sidney.O Juiz e os valores dominantes. O desempenho da função jurisdicional em face dos anseios sociais por justiça.Curso de Deontologia da Magistratura. SP, EDIT. Saraiva, 1992;

SODRÉ, Ruy de Abreu. A Ética Profissional e o Estatuto dos Advogados. SP, Edit. LTR, 1977;

SPOTA, Alberto. O Juiz, o Advogado e a formação do Direito através da Jurisprudência.Porto Alegre. Sérgio Fabris Editor, 1987;

VASQUEZ, Adolfo Sanches. Ética. 4ª edição,Civilização Brasileira.

re
Julio Cesar de Sá da Rocha
DIRETOR
FACULDADE DE DIREITO DA UFBA





UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE
COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO NOME

DIR A78 PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA



CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL	T	P	E	SEMESTRE VIGENTE
31	54	0	85				2015.1

EMENTA

ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS TRABALHISTAS. PRÁTICA NAS VARAS DO TRABALHO E TRIBUNAIS TRABALHISTAS. TRABALHOS SIMULADOS ORIENTADOS. NOÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS DIVERSOS OPERADORES JURÍDICOS TRABALHISTAS.

OBJETIVOS

Conhecer e apreender a estrutura das peças processuais mais relevantes, tais como a petição inicial, contestação e sentença trabalhistas. Habilitar o aluno a conduzir e se portar nas audiências trabalhistas. Familiarizar o discente com a prática trabalhista em geral, mediante vivência do cotidiano e do trabalho dos operadores jurídicos e da sistemática processual trabalhista e suas singularidades em relação ao processo civil. Habilitar o discente para o atendimento ao cliente. Tornar o discente apto ao acompanhamento de um processo trabalhista, com a compreensão de todos os atos processuais realizados e com assimilação da importância da audiência como momento de concretização da oralidade. Apreender os trâmites dos ritos trabalhistas.

METODOLOGIA

Desenvolver um processo educativo e prático com metodologias interativas e participativas, conferindo ao aluno um papel ativo na construção do conhecimento. Para tanto, serão utilizadas: aulas expositivas; leitura e discussão de textos, notícias e jurisprudência; exibição de vídeos; elaboração e apresentação de trabalhos em grupos; realização de audiências ou julgamentos simulados. A carga horária da disciplina se completará, obrigatoriamente, com o comparecimento dos discentes em audiências de Vara do Trabalho e da Procuradoria Regional do Trabalho, bem como sessões de Tribunal Trabalhista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Elaboração de petições iniciais trabalhistas:
 - 1.1. Petição inicial da reclamação trabalhista.
 - 1.2. Petição inicial da consignação em pagamento.
2. Elaboração de contestação trabalhista.
3. Elaboração de sentença trabalhista.
4. Noções sobre recursos trabalhistas.
5. Simulação de audiências.



BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

- CARRION, Valentin. Comentários à CLT: legislação complementar/jurisprudência. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- PEREIRA, Leone. Prática Trabalhista. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia complementar:

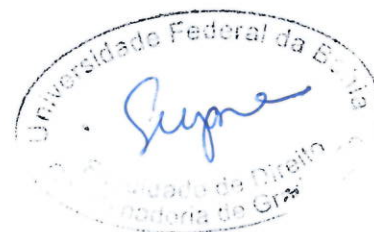
- CAIRO JÚNIOR, José. Curso de direito processual do trabalho. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2012.
- DERVICHE, Victor Rafael. Iniciação à advocacia trabalhista: fase de conhecimento: roteiro do advogado trabalhista iniciante. São Paulo: Método, 2004.
- MIESSA, Élisson et al. O novo Código de processo civil e seus reflexos no processo do trabalho. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.
- REDINZ, Marco Antônio. Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas: noções sobre cálculos trabalhistas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. 7. ed. São Paulo: Método, 2010.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento	Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso
Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____	Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____



Faculdade de Direito da UFBA

Nome e código do componente curricular: Monografia II		Departamento: Direito Privado	Carga Horária: T 00 P 68 E 00
Modalidade: Atividade	Função: Profissional	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Monografia I		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Encontros com o orientador e leitura e pesquisa de textos e obras pertinentes			
Bibliografia: Variável			





UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

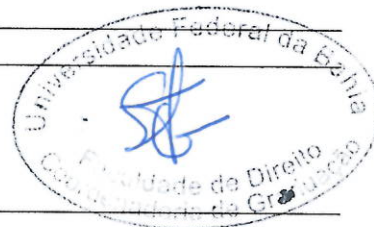
SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE
COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	NOME
DIR063	DIREITO AGRÁRIO



CARGA HORÁRIA				MÓDULO			SEMESTRE VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	

EMENTA

PROPEDÊUTICA. PROPRIEDADE RURAL. CONTRATOS AGRÁRIOS. TRABALHO RURAL.

OBJETIVOS

Desenvolver a compreensão crítica e interdisciplinar a respeito do Direito Agrário e do Direito Ambiental.

Capacitar o(a) estudante para o exercício competente e consciente de suas funções como profissional do campo jurídico.

Proporcionar os instrumentos teóricos para a produção científica em direito ambiental e direito agrário, bem como a realização de ações de extensão universitária.

METODOLOGIA

A disciplina será ministrada através de debates, por vezes antecedidos de leituras prévias de textos, conjugados com aulas expositivas e interativas, análise crítica de audiovisuais e decisões, estudos de casos e outros recursos geradores de reflexão e criação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Questão Agrária e socioambiental contemporânea
2. Introdução ao Direito Agrário: relações e intersecções
3. História da propriedade da terra e da concentração fundiária no Brasil
4. O direito à propriedade da terra e sua função socioambiental
5. Terras públicas determinadas, terras devolutas e terras particulares
6. Registro imobiliário, grilagem de terras e ação discriminatória
7. O imóvel rural: conceituação e classificação.
8. Reforma Agrária. Desapropriação para fins sociais.
9. Posse civil e posse agrária
10. Terras de uso comum I. Posse e Reconhecimento de territórios tradicionais: terras indígenas
11. Terras de uso comum II. Posse e Reconhecimento de territórios tradicionais: quilombos
12. Terras de uso comum III. Posse e Reconhecimento de territórios tradicionais: fundos e fechos de pasto
13. Usucapião agrário
14. Teoria geral dos contratos agrários. Contratos agrários em espécie
15. Sistemas de tributação da terra
16. Assistência financeira e creditícia
17. Agronegócio, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados



BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007.

_____. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-82.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. Ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário.** Volume 1. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

CAMPOS, Nazareno J. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

CASSETTARI, Christiano. **Direito Agrário.** São Paulo: Atlas, 2012.

CENEVIVA, Walter. **Lei de Registros Públicos Comentada.** 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária Hoje. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. [S.l.], v. 1, n. 2, p. 27-40, out. 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador: INTERBA; SEPLANTEC; CAR, 1987.

GOMES, ORLANDO. **Direitos Reais**. 19. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GRYNSZPAN, Mário. Origens e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/987/651>> Acesso em: 18 nov. 2013.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 21, 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm> Acesso em: 2 fev. 2011.

JUNIOR, Eroulths Cortiano. **O Discurso Jurídico da Propriedade e suas Rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

LARANJEIRA, Raymundo. **Propedêutica do Direito Agrário**. 2.ed. São Paulo: Ltr, 1981.

LIMA, Rui Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil**. 5. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

_____. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2012.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 6. ed. ver. atual. amp. Goiania: AB Editora, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, Monica Dias (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viamundo, 2004.

MATTOS NETO, Antonio José de. **A Posse Agrária e suas Implicações Jurídicas no Brasil**. Belém: CEJUP, 1988.

MOLINA, Monica Castagna; SOUSA JUNIOR, José Geraldo; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (orgs.). **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2. ed. rev. e amp. Niterói: EDUFF, 2008.



_____. A grilagem como legado. In: _____. ; PINEIRO, T. L. (Org.). **Voluntariado e universo rural**, 2001, v. 1, p. 75-99. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/motta_grilagem.pdf Acesso em 14 set 2009.

OPITZ, Sílvia Carlinda Barbosa; OPITZ, Oswaldo. **Curso Completo de Direito Agrário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alair Caffé (edit.). **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. Barueri: Manole, 2005.

SANTOS FILHO, Roberto Lemos dos. **Apontamentos sobre o Direito Indigenista**. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: um estudo de história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

_____. Das Propriedades à Propriedade: construção de um direito. In: MARTINS-COSTA, Judith. **A Reconstrução do Direito Privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 730-762.

_____. Da propriedade às propriedades: função social e reconstrução de um direito. In: MARTINS-COSTA, Judith. **A Reconstrução do Direito Privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 763-788.

_____. A Tutela da Posse entre Abstração e Autonomia: uma abordagem histórica. In: MARTINS-COSTA, Judith. **A Reconstrução do Direito Privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 789-842.

Bibliografia complementar:

HEREDIA, B. M. A. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: _____.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. p. 39-67. 1 v.

NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira. **Desapropriação para Fins de Reforma Agrária**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2006.

ROCHA, Olavo Acyr de Lima. **A Desapropriação no Direito Agrário**. São Paulo: Atlas, 1992.



Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___



PRÁTICA JURÍDICA PENAL

EMENTA: Trabalhos Simulados Orientados Prática Jurídica Penal, Forense e não Forense. Noções sobre o Exercício Profissional nos Diversos Operadores Jurídicos, na Área Específica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Elaboração de auto de prisão em flagrante delito.
2. Elaboração de inquérito policial.
3. Elaboração de denúncias e de queixas-crime.
4. Elaboração de incidentes de insanidade mental.
5. Simulação de audiências e de julgamentos colegiados.
6. Elaboração de **habeas corpus**.
7. Júris simulados.
8. Elaboração de sentenças de pronúncia e condenatórias.
9. Elaboração de recursos.

10. Como aplicar súmulas e pesquisar jurisprudência. Discussão de decisões judiciais.

Observação: a) a carga horária se completará, obrigatoriamente, com o comparecimento dos discentes em audiências, nas Varas Criminais, Vara de Execuções Penais, Varas de Júri, Juizados Criminais, Câmaras Criminais isoladas e reunidas, Tribunal do Júri, Varas da Justiça Federal e Justiça Militar. Também, visitas a delegacias de polícia, Casa de Detenção, Penitenciárias, Casa do Albergado, Casa de regime semi-aberto, Conselho Penitenciário. Acompanhamento, quando necessário, nas visitas, de professor.

b) deverão ser utilizados processos arquivados, obtidos a partir de convênios com a Justiça.

c) deverão ser promovidos seminários com enfoque exclusivamente prático sobre os temas.

